

Só Covas e Freire mudariam sistema de governo

O presidencialismo
tem a preferência de
40% dos candidatos,
30% são a favor do
parlamentarismo e
os outros 30% ainda
estão indecisos com
relação ao tema

CARMEN KOZAK

Os candidatos do PSDB, Mário Covas, e do PCB, Roberto Freire, são os únicos a defender um sistema de governo — no caso o parlamentarismo — por se tratar de uma questão programática. Os demais postulantes à presidência têm opiniões ou indefinições pessoais em relação a sistema de governo e a possível antecipação do plebiscito, previsto na Constituição para 1993, que dará aos eleitores a oportunidade de escolher entre parlamentarismo, presidencialismo e monarquia.

"Parlamentarismo e Presidencialismo" é o 17º tema da série que o *Jornal de Brasília* publica com a opinião dos presidencialistas sobre os principais problemas do País e questões polêmicas. Se as opiniões de cada um dos 10 presidencialistas que enviaram suas respostas ao JBr puderem ser consideradas como intenção de voto, nesta prévia o sistema presidencialista de governo ganharia, com 40% dos votos — Caiado, Lula, Afif e Ulysses —; enquanto que o parlamentarismo teria apenas 30% — Mário Covas, Roberto Freire e Affonso Camargo. Nem mesmo nesta prévia feita entre pessoas que postulam a chefia do Estado e do Governo os indecisos deixam de figurar e o índice é alto: 30%. Os indecisos, ou seja, os que não têm uma posição definida são Fernando Collor, Paulo Maluf e o recém-candidato Sílvio Santos.

A antecipação do plebiscito de 1993 para 1990, que está sendo cogitada no Congresso Nacional, seria derrubada por maioria de votos. Nesta prévia, 50% dos entrevistados são contra a antecipação, que é vista como "golpe". No "bolo" anti-antecipação, não há qualquer coincidência ideológica e estão: Freire, Lula, Maluf, Collor e Ulysses Guimarães. A favor da antecipação apenas 20% dos consultados: Covas e Caiado, que pretendem defender essa tese como forma de contornar o caos político e econômico que atravessa o País. Os indecisos voltam a aparecer com 30%, pois Afif e Camargo não manifestaram suas opiniões e Sílvio Santos "não tem opinião formada sobre o assunto".

O fato é que os presidencialistas, até Mário Covas e Roberto Freire, que têm opiniões programáticas sobre sistema de governo, estão incorrendo no mesmo erro dos constituintes de 1987. Ou seja, o assunto não está sendo tratado nas campanhas, exceto por estímulo da imprensa. Como no período da Constituinte, os presidencialistas poderão enfrentar, no ano que vem, dependendo do resultado da eleição, um Congresso fadado ao parlamentarismo.

No domingo, o *Jornal de Brasília* publica o 18º tema da série "O que pensam os Presidencialistas". Em discussão, "a Legalização do aborto e das drogas".



Mário Covas (PSDB)



O sistema parlamentarista de governo é um ponto do programa do PSDB. O senador Mário Covas, um dos grandes defensores deste modelo na Constituinte, pretende, se eleito, propor ao Congresso a antecipação do plebiscito de 1993 para 1990. Afirma que o parlamentarismo é um sistema de governo mais completo, participativo e menos sujeito aos golpes de Estado que marcam a América Latina presidencialista. Argumenta que com a antecipação do plebiscito para 90, o povo "elegerá novos deputados e estará atribuindo a eles as funções próprias do parlamentarismo". Para Covas a antecipação do plebiscito não é suficiente para a mudança estrutural do País, "já que é imprescindível a eleição de um presidente com autoridade e legitimidade que não tenha os desvios históricos do presidencialismo imperial". Isso significa um presidente com um comportamento público que permita ao povo escolher livremente e sentir que o parlamentarismo é a favor do País e não contra um determinado governante.

Roberto Freire (PCB)



É um parlamentarista convicto e esse sistema de governo está no programa do PCB. Lamenta que à época da Constituinte, alguns segmentos democráticos, "inclusive de esquerda, não tenham percebido a dimensão histórica desta instituição política". Explica que o parlamentarismo "é o sistema de governo mais democrático e capaz de superar crises no Estado moderno, além de ser mais suscetível às pressões sociais". Afirma que para os comunistas, "o parlamentarismo aumenta em importância, pois se trabalha com o conceito de revolução processual, que exige o fortalecimento da sociedade civil e de seus componentes internos mais progressistas". Na sua opinião, a antecipação do parlamentarismo "é golpe", explicando que, caso isso ocorra, "a instituição acabará por ter um fim melancólico como em 1963, quando foi adotado às pressas para resolver o impasse colocado pelas elites ante a posse de Jango". Por isso, Freire defende a manutenção da data do plebiscito previsto na Constituição, para que a sociedade tenha tempo de cutir.

Afif Domingos (PL/PDC)



Na Constituinte votou pelo sistema presidencialista de governo. Explica que defende o presidencialismo por acreditar que no Brasil "é impossível a implantação do parlamentarismo sem que haja uma mudança profunda na máquina administrativa, sob pena de paralisar o País a cada crise". Admite que o parlamentarismo é "efetivamente um sistema superior", e observa que só poderá ser implantado no Brasil "quando tivermos uma máquina pública azeitada, enxuta e livre da corrupção", além de "partidos fortes e enraizados na sociedade". Para fortalecimento dos partidos defende a implantação do voto distrital, "uma fórmula mais democrática e representativa de voto que permite um controle efetivo de sua atuação dos representantes". Afirma que o "vínculo partidário deve se basear em convicções, na concordância de idéias e não em conveniências". Por isso, reitera que é "impossível pensar em parlamentarismo agora no Brasil". Não diz se é a favor ou contra a antecipação do plebiscito de 1993.

Ronaldo Caiado (PSD/PDN)



O candidato Ronaldo Caiado afirma que "na essência" é parlamentarista, mas, "pragmaticamente, reconheço que a inexistência de partidos políticos consistentes em sua plataforma ideológica torna desaconselhável a adoção do parlamentarismo no Brasil e, por isso, defendo o presidencialismo como solução conjuntural". Caiado, no entanto, diz acreditar "firmemente que compete ao povo decidir em questão de tamanha transcendência". Para ele, essa foi a "solução aceitável, porque o tema sistema de governo não foi discutido nas campanhas eleitorais que elegeram os constituintes de 1987". Afirma que não só aceita como "incentivará" a antecipação do plebiscito e explica: "a situação atual é a pior possível e um sistema híbrido, como o atual, dificulta sensivelmente a gestão do País". Observa que "hoje o Legislativo tem o poder de legislar, deixando ao Executivo a responsabilidade de pagar. Para ele, a longo prazo, "isso terá que ser reconsiderado".

Lula (PT/PC do B/PSB)



Lula não apresenta uma opinião pessoal nem programática, mas uma posição partidária sobre a questão do sistema de governo. Lembra que na Constituinte o PT defendeu o presidencialismo e este foi o seu voto; enquanto que os outros partidos que integram a Frente Brasil Popular defenderam o parlamentarismo. Afirma que quando a Frente foi formada esta questão não voltou a ser discutida e "estamos (o PT) abertos à discussão". Não aceita a antecipação do plebiscito marcado para 1993, argumentando que "se a Constituição já foi aprovada, o melhor caminho é manter a data e só em 93 decidir se mudaremos ou não o sistema de governo".

Ulysses Guimarães (PMDB)



Apesar de considerar o parlamentarismo o melhor sistema de governo, o deputado Ulysses Guimarães defendeu o presidencialismo na Constituinte — e continua defendendo, — por acreditar que está mais de acordo com a "tradição" brasileira. Observa, no entanto, que esta não pode ser uma decisão do Congresso e nem mesmo pode sofrer pressões do Governo, argumentando que cabe ao "povo decidir que sistema de governo quer para o País". É contra a antecipação do plebiscito de 1993, afirmando ser necessário fixar um prazo para que o tema seja discutido na sociedade. Essa discussão, explica, evita mudanças que não duraram, como a de 63 e garante a adoção de um sistema que esteja de acordo com os interesses da população.

Affonso Camargo (PTB)



Defende o parlamentarismo, mas não diz se é favorável ou contra a antecipação do plebiscito de 1993. Explica que é parlamentarista por considerar "muito difícil que uma só pessoa tenha vocação de estadista e de administrador". Na sua opinião, "um estadista é um homem de visão ampla, voltado para fora; enquanto que um administrador é um homem que tem que conseguir resultados concretos, é um executor de obras, um homem voltado para os problemas internos". Pensando assim, afirma que "seria melhor trabalhar em um sistema onde o Presidente é chefe de Estado e o primeiro-ministro chefe de Governo". Para Camargo, o parlamentarismo tem outra grande vantagem que é a derrubada do Governo que tiver um mal desempenho pelo poder Legislativo.

Paulo Maluf (PDS)



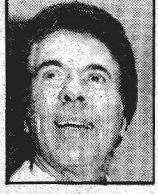
O candidato Paulo Maluf tem uma posição peculiar em relação a sistema de governo: "Considero o parlamentarismo um excelente sistema, que funciona muito bem em países adiantados. Considero o presidencialismo ótimo, tanto que funciona perfeitamente nos Estados Unidos". Para ele, a questão é que "no presidencialismo, no parlamentarismo, e na monarquia, nada funciona com governos do tipo desse que está aí" (o governo José Sarney), e acrescenta que "todo sistema de governo é bom quando há gente boa nele". Quanto à possível antecipação do plebiscito, Maluf é contra e não deixa dúvidas sobre a sua posição: "Não está marcado na Constituição para 1993? Qual o motivo para antecipá-lo?"

Collor de Mello (PRN/PSC/PST/PTR)



Não afirma concretamente se é a favor do presidencialismo ou do parlamentarismo. De maneira vaga, diz que "enquanto sistema de governo, em geral, tenho afirmado que o parlamentarismo incorpora vantagens importantes em relação ao presidencialismo", sem citá-las. Observa que "não se deve perder de vista que as eleições presidenciais serão realizadas sob normas e com expectativas que pressupõem o presidencialismo. Qualquer mudança nas regras vigentes deve ser denunciada como casuismo".

Sílvio Santos (PMB)



Em recente entrevista coletiva à imprensa, o novo candidato do PMB à Presidência, o empresário e animador de auditório Sílvio Santos, afirmou que "não tem opinião formada sobre o parlamentarismo". Lembrando reiteradas vezes que não é político, Sílvio Santos explicou que não pode ter opinião sobre este assunto porque "não conhece o parlamentarismo e que tipo de vantagens ou desvantagens que ele pode proporcionar". Por isso mesmo, não sabe dizer se o plebiscito marcado na Constituição para 1993 deve ser antecipado ou não.